

+E

**ROTA** Estrada nacional, em Cufar, no sul da Guiné-Bissau, usada para descarregar cocaína



# O corredor de Bissau

A rota da cocaína que atravessa a Guiné-Bissau financia o terrorismo no Sahel e tem ajudado a aumentar a influência de Sinaloa na região

ILUSTRAÇÕES CAROLINA CASTRO ALMEIDA

TEXTO  
**MICHAEL PEREIRA**  
NA GUINÉ-BISSAU, NO MALI  
E NO MÉXICO



Esta reportagem de investigação foi produzida em parceria com o Pulitzer Center e com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian





fazenda fica numa estrada alcatroada nos arredores de Mansoa, uma cidade a duas horas de Bissau, para o interior. É um aglomerado de casas modestas feitas de adobe, onde três homens parecem estar de guarda, sentados em cadeiras de plástico. Não têm armas de fogo com eles. Também não vemos os muros ou o arame farpado que seria razoável encontrar no refúgio de um grande senhor da droga.

Os guardas dizem-nos que o general António Indjai não se encontra. O antigo chefe do Estado-Maior das Forças Armadas está numa outra fazenda. Há vários dias que o procuramos, para uma entrevista. O homem que liderou o “golpe de Estado da cocaína” em 2012 na Guiné-Bissau prefere circular com frequência entre as suas várias propriedades, evitando sempre que possível a capital do país, apesar de ter lá casa. Talvez essa mudança constante de paradeiro tenha sido a forma que encontrou de se proteger de visitantes inoportunos. A DEA está interessada nele. Apesar de ter passado quase uma década desde a tentativa falhada para capturar Indjai, em 2013, a agência norte-americana de combate ao narcotráfico anunciou no ano passado uma recompensa de cinco milhões de dólares para quem fornecer informações que levem à prisão e condenação do general.

No entanto, não é pela recompensa que viemos a Mansoa. É apenas por causa de um retrato. Uma fotografia muito comentada entre a elite guineense e que resume como o atual Presidente do país, Umaro Sissoco Embaló, chegou ao poder.

A fotografia foi tirada a 29 de fevereiro de 2020, dois dias a seguir a Sissoco ter-se autoproclamado chefe de Estado com o apoio dos militares e sem esperar pela confirmação dos resultados eleitorais pelo Supremo Tribunal de Justiça. Na imagem vê-se um pequeno grupo de altas patentes nas escadas do palácio presidencial ao lado do novo chefe de Estado e de um novo primeiro-ministro escolhido por si, Nuno Nabiam. Três desses oficiais foram indiciados nos Estados Unidos por tráfico de droga e postos em listas de sanções da União Europeia e das Nações Unidas. Um deles, o único vestido à civil, é Indjai.

Essa aparição no palácio foi uma grande surpresa. Quando o número dois do general, o chefe da Marinha Bubo Na Tchuto, foi detido em 2013 em águas internacionais por agentes infiltrados americanos, Indjai decidiu à última hora não comparecer na cilada da DEA, mas acabou por ser exposto. Pouco depois, foi destituído de chefe de Estado-Maior das Forças Armadas e anunciou que ia dedicar-se à agricultura. Indjai retirava-se da vida pública e também do esquema de tráfico. Pelo menos, aparentemente. Com o seu autoexílio, deixou de haver



**MOMENTO** Ilustração inspirada numa fotografia tirada no palácio presidencial dois dias depois de Sissoco Embaló (à esq.) ter tomado posse. Ao lado dele estão o vice-chefe de Estado-Maior das Forças Armadas, Mamadu N’Krumah, o primeiro-ministro Nuno Nabiam e o general Indjai

grandes apreensões de cocaína na Guiné-Bissau e o rótulo de narcoestado com que alguns especialistas identificavam o país desde 2007 parecia ter perdido a sua razão de ser.

Mas foi mesmo assim? Meses antes daquela fotografia na escadaria do palácio, sinais da existência de um vasto corredor para a cocaína começaram a vir de novo à superfície, quebrando um longo período de invisibilidade. As duas maiores apreensões de cocaína de sempre aconteciam no intervalo de seis meses e, com isso, uma luz inesperada passou a mostrar até onde esse corredor podia ir.

#### **O PROBLEMA DO CARAPAU**

No início de março de 2019, os serviços secretos franceses notaram o comportamento estranho de um

empresário nigerino, Mohamed Sidi Ahmed, que se instalara em Bissau há alguns dias, alugando uma vivienda e estabelecendo uma empresa de importação de pneus num armazém. Ahmed escolheu um hotel de cinco estrelas, o Ledger, para alojar o motorista senegalês de um camião frigorífico e um jovem que acabara de chegar do Mali. Porque é que este homem de negócios estava a ser tão generoso?

Quando dois outros indivíduos vindos também do Mali, Oumar Ould Mohamed e Mohamed Bem Ahmed Mahri, juntaram-se ao grupo, os agentes franceses ficaram com a certeza de que algo sério poderia estar para acontecer. As eleições legislativas iam ter lugar na semana seguinte, 10 de março, e estavam previstos comícios um pouco por todo o país.

Os franceses avisaram a Polícia Judiciária e o Governo guineense. “Eu pensava que fosse uma atividade terrorista, um ataque a expatriados europeus, a um hotel, como tinha acontecido por exemplo no Burkina Faso”, lembra o então primeiro-ministro Aristides Gomes. Várias outras hipóteses foram levantadas. “Estamos numa zona de refúgio para os



## As duas maiores apreensões de cocaína de sempre na Guiné-Bissau aconteceram no intervalo de seis meses. E abriram uma nova pista sobre o narcotráfico

terroristas que possam estar a ser perseguidos na região do Sahel.”

Na véspera das eleições, o condutor foi com o camião frigorífico a uma loja de peixe no centro histórico de Bissau e carregou 500 caixas de carapau. “Iam transportar o peixe tendo como destino o Mali”, recorda Filomena Mendes Lopes, então diretora da Polícia Judiciária. “Mas depois de termos montado uma vigilância apertada, conseguimos descobrir que não se tratava da compra e venda de carapaus. Eram traficantes.”

Horas depois, à saída de Bissau, os inspetores da Polícia Judiciária intercetaram o camião. Foram detidos quatro suspeitos, incluindo o empresário nigerino dos pneus. Mas Umar Ould Mohamed e Mohamed Bern Ahmed Mahri, os dois malianos que mais intrigavam os agentes franceses, conseguiram fugir.

Havia, contudo, uma preocupação mais urgente para a polícia. Os inspetores tinham levado o camião para um armazém no porto de pesca do Alto Bandim, no limite norte da cidade, e tiveram de enfrentar um dilema. Se tirassem fora todas as caixas de carapau

e a cocaína não estivesse escondida no frigorífico, o peixe podia descongelar e não teriam dinheiro para indemnizar os suspeitos por essa perda. Resolveram, assim, pernoitar no armazém e esperar que uma solução fosse encontrada para acondicionar os carapaus em arcas frigoríficas.

O Ministério do Mar dispôs-se a ajudar com a refrigeração do peixe, mas isso levou tempo e a longa espera implicou enfrentar outros riscos. A Polícia Judiciária montara a Operação Carapau sem nunca informar o Ministério Público, porque tinha indicações de que havia procuradores envolvidos com a rede de narcotráfico. A notícia, entretanto, correu depressa, e um procurador apareceu no local acompanhado por um advogado de defesa. Queriam libertar o camião.

A pressão foi grande. Segundo fontes que participaram na operação, um adjunto do então Presidente José Mário Vaz ligou para um inspetor informando-o de que o camião continha urnas com votos preenchidos. Aristides Gomes conta que o próprio Presidente telefonou-lhe para desbloquear a situação e deixar o camião seguir viagem. O ex-primeiro-ministro prefere não dar detalhes sobre a conversa que tiveram. “Fica para os historiadores contarem um dia.”

A Polícia Judiciária acabou por descarregar as 500 caixas de peixe no porto de pesca e, depois de detetar que a estrutura da caixa frigorífica fora modificada, levou o camião para as suas próprias instalações, chamando ao local a imprensa e representantes da agência de combate à droga e ao crime organizado das Nações Unidas, a UNODC, para testemunharem o que iria acontecer a seguir. Os inspetores tiraram de um compartimento dissimulado na estrutura do frigorífico centenas de pequenos volumes. Os pacotes tinham uma marca inscrita. “TBE – The Best Ever.” Ao todo, estavam escondidos 789 quilos de cocaína no camião.

Sidi Ahmed, o empresário que alojara o condutor e o seu ajudante do Mali no Hotel Ledger, foi apanhado com um passaporte diplomático e com um cartão que o identificava como conselheiro especial do presidente da Assembleia Nacional do Niger. Não era o único facto surpreendente a vir a lume na altura. Uma notícia da agência Lusa, baseada numa fonte policial não identificada, dizia que o dono do camião estava ligado à Al-Qaeda do Magrebe, a AQMI. Mas não voltaria a haver referências a este grupo terrorista.

No final do julgamento da Operação Carapau, em novembro de 2019, Sidi Ahmed foi condenado a 15 anos de prisão, enquanto o condutor do camião e o seu ajudante vindo do Mali levaram penas de 14 anos. O acórdão não explorou a eventual relação do caso com o presidente do Parlamento do Niger. Mais intrigante do que isso: os dois outros suspeitos do Mali que estavam a ser seguidos pelos serviços secretos franceses ficaram de fora do processo-crime. Quem eram estes personagens? E que ligação poderiam ter com a Al-Qaeda?

Essas respostas deixaram de poder ser encontradas na Guiné-Bissau.

### SILÊNCIO À BEIRA-RIO

Bamaco é uma cidade dispersa, atravessada por um rio, o Níger, e dominada por um tráfego intenso de motas. Numa capital com quase três milhões de habitantes, onde faltam praças e um local a que se possa chamar centro, a vida passa-se invariavelmente debaixo das árvores. Se têm copas grandes, são usadas para restaurantes ao ar livre. A noite, a escuridão estende-se pelos bairros do sul da cidade, apenas interrompida por relâmpagos.

Raramente se veem brancos a circular a pé. Houve um golpe de estado muito recente, liderado por uma junta militar, e o cenário político é instável e imprevisível. É o segundo golpe de estado em menos de um ano. As deslocações ao país têm sido desaconselhadas pelos Estados Unidos e pela União Europeia. Embora a situação seja especialmente perigosa fora da capital, a ameaça terrorista é também elevada em Bamako, “sobretudo em lugares públicos frequentados por ocidentais”, onde há o risco de raptos, segundo os serviços consulares portugueses.

David Demebele, um repórter local, arranja-nos um encontro com Amadou Bamba Niang, que está à frente da Rede de Jornalistas de Investigação contra as Drogas e o Crime Organizado, a RJJDC. Amadou recebe-nos no pátio de um pequeno prédio que é sede de vários jornais. Num escritório apinhado de documentos, Amadou mostra-nos o mapa do país e aponta para o Norte do Mali, no Sahel. “Esta é uma terra de ninguém, onde não há praticamente nenhum controlo por parte do Estado.”

A vasta extensão de deserto torna tudo muito mais difícil. “No dossiê da droga e noutros dossiês relacionados com o crime organizado, é nesta região que os problemas existem”, explica Amadou. “Os criminosos têm uma forte ligação com os grupos rebeldes. Muitas vezes, estão ligados ao MNLA [Movimento Nacional de Libertação de Azawad] ou estão ligados ao AAD [Ansar al-Din], movimento muito próximo da Al-Qaeda.”

Antes de viajarmos para o Mali, reunimos alguma informação junto de fontes policiais sobre os dois suspeitos que desapareceram de Bissau durante a Operação Carapau, incluindo os seus locais e datas de nascimento. Oumar Ould Mohamed nasceu em 1977 em Gao, e Mohamed Bem Ahmed Mahri, que é mais conhecido por Rouggy, nasceu em 1979 em Tabankort.

Gao e Tabankort são cidades no norte do Mali. Estão para lá de Tombuctu, a caminho da Argélia, em pleno deserto do Sahel. “Todos sabem que o tráfico existe na região, mas ninguém pode dizer que tenha investigado e tenha sido capaz de o localizar com rigor”, admite Amadou. “Se viajares para lá, é evidente que não vais conseguir voltar. A prova é que temos dois casos recentes. Um dos nossos colegas jornalistas foi raptado no limite da zona de Mopti, e recentemente outro jornalista francês que trabalhava com uma organização do Mali foi raptado porque quis ir recolher informação em Gao.”

Mas alguma informação tem sido produzida, apesar das enormes dificuldades no terreno. Em 2020, mais de um ano depois da apreensão da cocaína escondida atrás das caixas de carapau em Bissau, um relatório sobre o Mali feito por um painel de especialistas do Conselho de Segurança da ONU identificou Rouggy como estando ligado a esse e outros casos.

De acordo com esse relatório, o traficante esteve ligado não só à cocaína encontrada em Bissau, mas também a outras apreensões de droga na África Ocidental, incluindo 2,5 toneladas de canábis confiscadas na capital do Niger, Niamei, em junho de 2018, e de outro carregamento de 12 toneladas interceptado em Marrocos em abril de 2019. A carga de haxixe apreendida em Marrocos foi encontrada dentro de um camião e tinha como destino uma companhia em Bamako, a Sanfo Commerce et Service (SCS), com o mesmo nome que a empresa estabelecida em Bissau por Sidi Ahmed, o homem detido pela Polícia Judiciária com um passaporte diplomático do Niger durante a Operação Carapau.

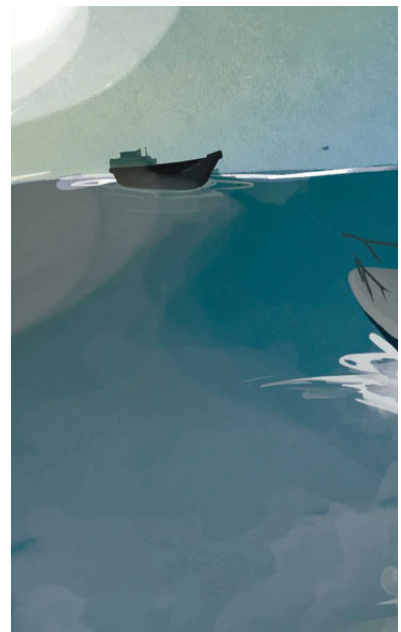
Rouggy foi identificado como estando detrás de várias empresas de fachada no Mali e em alguns países da região, incluindo Marrocos, Niger e Argélia. Entre elas estão a Tilemsi Distribution, com sede em Gao, e que também está presente no Niger com esse nome e na Argélia com um nome ligeiramente diferente, Tilamsi.

Desde julho de 2019 que Rouggy está na lista de sanções das Nações Unidas, não só devido ao tráfico de drogas, mas também por tráfico de pessoas e de armas. De acordo com a sua ficha no site de sanções, o empresário usa o dinheiro do tráfico de droga para financiar o Al-Mourabitoun, um movimento descrito como estando ligado ao terrorismo, ao “participar no financiamento, planeamento, facilitação, preparação ou perpetração de atos ou atividades, em conjunto com, em nome, por conta ou em apoio” da Al-Qaeda do Magrebe Islâmico (AQMI).

O painel de peritos do Conselho de Segurança descobriu, além disso, que Rouggy tem aliados muito poderosos no Estado do Mali. No relatório de agosto de 2020, o então chefe da toda poderosa Direção-Geral da Segurança do Estado, a DGSE, o general Ibrahim Diawara, e o seu número dois, o coronel Ibrahima Sanogo, responsável, ironicamente, pelo combate ao terrorismo, foram apontados como tendo recebido subornos para fazerem pressão sobre o governo do Niger de modo a conseguirem a libertação dos elementos da rede de Rouggy presos naquele país, bem como de combatentes islâmicos, suspeitos de terrorismo. Diawara foi demitido quando o relatório saiu, acabando por ser preso um ano depois, poucos dias antes de chegarmos ao Mali, ainda que por outros motivos.

Esta teia de relações próximas com o Estado explica, em parte, por que é que ninguém parece muito entusiasmado em Bamako com a perspectiva de dar a cara sobre o que quer que seja que possa estar ligado a esquemas de narcotráfico. Depois de meses de contactos preliminares feitos com a ajuda de Demebele, que é meu colega no Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação, o ICJI, e apesar de ter havido marcações de encontros e de passarmos, inclusive, um dia no Ministério Público e outro na sede da polícia nacional à espera de entrevistas, elas acabam por não se concretizarem.

## Rouggy, que está por trás da cocaína apreendida na Operação Carapau, é tio de “El Chapo do Sahel”, o maior traficante desta região africana



Ao fim de poucos dias, no entanto, a nossa estada acaba por se revelar produtiva. Algumas informações chegam-nos *off the record*, ajudando-nos a entender qual é o verdadeiro alcance da Operação Carapau no Mali.

De acordo com uma das fontes com quem nos encontramos, Rouggy é tio de Sherif Ould Tahar, um indivíduo com dupla nacionalidade, argelina e maliana, conhecido nalguns círculos como “El chapo do Sahel” e considerado o maior traficante de toda a região da África Ocidental.

A proximidade ao “El chapo do Sahel” é, de resto, reconhecida pelo painel de peritos do Conselho de Segurança. Ambos, Rouggy e Tahar, fazem parte da tribo dos Lemhars, no vale do Tilemsi.

Os Lemhars criaram em 2011 o Movimento para a Unidade e a Jihad na África Ocidental (MUJAO), que chegou a fazer parte da Al-Qaeda. O porta-voz do MUJAO, Adnan Abu Walid al-Sahrawi, tornou-se depois chefe do movimento Al-Mourabitoun — a que Rouggy está atualmente associado, segundo a sua ficha de sancionada. Em 2015, al-Sahrawi saiu deste grupo para fundar o Estado Islâmico no Grande Saara, tendo sido morto num ataque de *drone* pelas forças especiais francesas em agosto do ano passado.

Quando aproveitámos uma escala em Dacar para conhecer o diretor para o Sahel do International Crisis Group, Jean-Hervé Jezequel, fomos alertados para não sermos demasiado rápidos a catalogar a situação caótica em que se encontra o norte do Mali e os seus personagens. “O Sahel é um espaço em crise. É uma área onde existem muitos grupos político-militares, incluindo grupos jihadistas”, admite Jezequel, sublinhando que é grande a competição entre eles para captar recursos. “A concorrência introduzida pela



**APREENSÃO** Na Operação Navarra, em que a PJ da Guiné-Bissau conseguiu fazer a maior apreensão de sempre de cocaína, uma lancha rápida comandada pelo colombiano-mexicano Ramon foi buscar a droga a um barco de pesca ao largo das ilhas Bijagós

droga pode não ser a principal razão pela qual existe uma epidemia de violência no Sahel, mas faz parte dessas razões e existem ligações entre os traficantes e os grupos armados.”

O cruzamento e as sobreposições entre rebeldes, terroristas, traficantes, intermediários e membros do governo impossibilitam traçar fronteiras rígidas.

Em Bamaco, finalmente, decidem receber-nos no OCS, a agência central de combate ao tráfico. O edifício fica numa rua enlameada. Tem a aparência de uma esquadra de bairro. Num pátio interior, há motos estacionadas e veem-se alguns polícias a circular à paisana pelos corredores. Não é, de todo, uma corporação com grandes recursos. Um dos diretores-adjuntos, Tiantio Diarra, dá-nos uma entrevista formal, assegurando que “a luta contra a droga é uma grande preocupação das autoridades” e que esse combate é “feroz”.

O discurso não parece condizer com a falta de resultados que Diarra tem para apresentar. A polícia intercepa ocasionalmente passageiros com pequenas quantidades de droga no aeroporto — conhecidos como “mulas” —, mas não costuma haver grandes apreensões de cocaína transportada por terra.

O diretor-adjunto do OCS desconhece, por outro lado, a ligação à Guiné-Bissau e não parece muito interessado em falar sobre Rouggy, apesar de não ser segredo todo o seu historial com o tráfico. No final da entrevista, no entanto, há uma nota de esperança: somos autorizados a falar com o chefe do departamento de inteligência do OCS.

Ao contrário do que poderíamos esperar de alguém na sua posição à frente de um departamento de inteligência, o coronel Ag Dahmane aceita responder às nossas questões de forma aberta, com o gravador

ligado. Segundo ele, as autoridades guineenses chegaram a emitir mandados de captura contra Rouggy e Oumar logo a seguir à apreensão da cocaína na Operação Carapau. “Nós procurámo-los, mas não estavam aqui. O que apurámos é que Rouggy estava na altura na Mauritânia”, revela o coronel.

O caso esteve a ser acompanhado pela DEA, a partir de Dacar. “Mas o que aconteceu foi que passadas duas semanas, no máximo, a Interpol enviou uma nova informação da Guiné-Bissau a anular esses mandados anteriores”, conta Ag Dahmane. “A partir desse

## A polícia da Guiné-Bissau chegou a enviar um mandado de captura contra Rouggy e Oumar para o Mali, que foi anulado

momento, não havia grande coisa a fazer. A nossa investigação aqui estava dependente do processo-crime em Bissau e, sem isso, deixámos de ter condições para continuar. Sabíamos que eles viajaram de Bamaco para Dacar e de Dacar para Bissau na altura dos acontecimentos, mas não tínhamos provas concretas de que faziam parte do esquema de tráfico.” Ficamos a saber também que Oumar, o homem que viajou para Bissau com Rouggy, é uma espécie de guia. “Fala português e outras línguas. É um poliglota. Pelo que parece faz a ponte entre pessoas de diferentes locais.”

O coronel esclarece ainda que Rouggy nunca esteve preso no Mali e que, oficialmente, é apenas um homem de negócios. “Tem uma companhia de transporte de carga e de passageiros”, a Telemi Transport, muito conhecida no país. Além disso, é um ponto de contacto importante entre o governo de Bamaco e a Al-Qaeda ou outros movimentos, sempre que é preciso libertar reféns. “Recorrem a ele quando é preciso. Não só o Governo do Mali, mas inclusive governos europeus, quando querem negociar a libertação de pessoas.”

A tribo de Rouggy faz contrabando há muitos anos e controla uma rota antiga entre o Mali e a Argélia. “Antes de existir o comércio de droga, já tinham toda uma logística montada para os negócios com o tabaco, o combustível e mantimentos”, enquadra o coronel. A cocaína veio trazer apenas mais uma fonte de rendimento, ainda que muito mais lucrativa do que as anteriores.

O chefe de inteligência do OCS diz que a droga acaba por chegar de forma tranquila e incontestada ao Mali, pelo facto de as “fronteiras serem porosas”. Usam duas vias. Ou vem da Guiné-Bissau através da Guiné e dali segue para o Mali ou então vem pelo Senegal, como no caso da Operação Carapau, passando por Tambacounda, uma cidade do interior. “Temos conhecimento de que existem muitos nigerinos instalados no Mali a trazerem cocaína da Guiné-Bissau por terra, embora em quantidades relativamente pequenas, 100, 200 quilos.”

No final da conversa no seu gabinete, o coronel faz-nos uma última revelação. A informação que tem, ainda que informal, é que a rota é controlada pelo cartel de Sinaloa, no México. “O que sabemos é que estão por detrás da logística do transporte de grandes quantidades.” Ag Dahmane admite, contudo, que não existe nenhuma cooperação com as autoridades mexicanas, por tirarem a limpo estas suspeitas.

Sinaloa é, para já, apenas um nome em cima da mesa.

### ESCURIDÃO NO ARQUIPÉLAGO

Em Bissau, perdemos a nossa boleia para Bubaque, uma das principais ilhas do arquipélago dos Bijagós. O dono de um hotel disse-nos que podíamos ir numa lancha agendada para levar vários hóspedes, mas a combinação é cancelada à última hora e ficamos pendurados no cais com todo o nosso equipamento de filmagem num final de tarde de sábado, sem qualquer perspetiva.

Depois de uma procura desesperada entre as empressas instaladas no porto, encontramos quem aceite

levar-nos, ainda que pelo triplo do preço. Em vez da hora e meia que nos prometeram, o mau estado do mar faz com que a viagem se arraste por quatro horas, mais de metade feita debaixo de uma escuridão total. A água entra por todos os lados na pequena embarcação a motor, enquanto os dois marinheiros se mantêm em silêncio, concentrados no que estão a fazer.

Quando chegamos a Bubaque, percebemos que o que nos aconteceu não é inédito. As lanchas também fazem serviços quando está mau tempo e navegar às escuras entre as ilhas é habitual.

O porto de Bubaque tem um pequeno mercado de lojas de chapa debaixo de um poílão gigante, onde todos os pássaros das redondezas parecem concentrar-se ao final do dia, juntamente com um número alargado de jovens à procura de oportunidades de trabalho. Muitos deles estão disponíveis para ajudar no transporte de malas e sacos para terra. Os mais afortunados têm as suas próprias motos de carga, equipadas com atrelado.

Um contacto local arranja-nos um encontro com alguém disposto a falar em *off* sobre como as coisas funcionam com o tráfico de droga. Ele aparece no hotel onde estamos alojados, para uma conversa à mesa. “Costumam recrutar pilotos de lancha aqui em Bubaque. São muito bem pagos. O serviço é simples: têm de conduzir à noite, de luzes apagadas, entre as ilhas.”

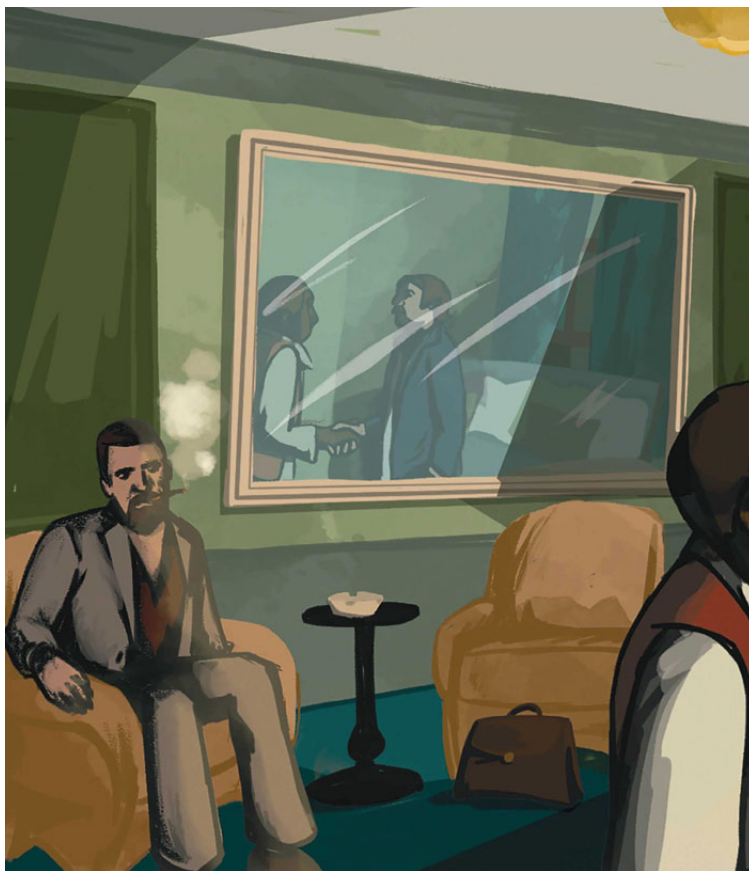
Também há muitos rumores sobre o envolvimento de alguns dos proprietários estrangeiros de hotéis no tráfico, mas não existem processos-crime que o atestem nem há notícias sobre o assunto.

Antes de irmos até ao arquipélago, Luís Vaz Martins, um advogado e ativista que já foi presidente da Liga Guineense dos Direitos Humanos, explicou-nos em Bissau como, de qualquer forma, não há nenhum controlo sobre o que se passa nas ilhas. “É um território perdido” e “permeável” ao narcotráfico, assegura.

A falta de vigilância, a natureza exuberante das ilhas, capaz de esconder tudo, e a proximidade ao continente faz com que as Bijagos sejam a principal entrada para a cocaína na Guiné-Bissau. Por causa disso, a Polícia Judiciária decidiu instalar um posto avançado em Bubaque. O projeto é ainda do tempo de Filomena Mendes Lopes, antes de ela se demitir de diretora da corporação, na sequência da tomada de posse de Sissoco, mas especialistas internacionais com quem falámos e que acompanham a situação no país têm dúvidas sobre até que ponto este posto nas ilhas vai ser eficaz na repressão do tráfico. Porque não existe mais nada. No porto está ancorado um barco cedido em 2017 pelas autoridades espanholas para vigiar as águas do arquipélago. No entanto, nunca sai para fazer patrulhas. Dizem-nos que está avariado.

Na ilha em frente, Rubane, a dona de um dos hotéis mais famosos do arquipélago, uma francesa, Solange Morin, desdramatiza o cenário sobre a presença do tráfico. “Estamos no coração do arquipélago e posso dizer-vos que já passaram 17 anos desde que estou cá e nunca vi nada. Portanto, se algo se passa, pode acontecer noutro lugar, mas certamente não no arquipélago”. Com uma extensa praia de areia dourada e cercado por uma densa floresta, o hotel Ponta Anchaca é procurado regularmente pela elite de Bissau. Apesar desse movimento constante de guineenses e expatriados, Solange diz que nunca ouviu falar da Operação Navarra, a maior apreensão de sempre no país.

Ocorrida seis meses depois da Operação Carapau, a Operação Navarra levou à descoberta de quase duas toneladas de cocaína. Parte do esquema aconteceu a



uma distância de 30 milhas náuticas de Rubane e de Bubaque, numa ilha chamada Caravela.

“A Operação Navarra foi desencadeada no meu próprio gabinete”, revela Aristides Gomes. “A origem partiu do SIS, os Serviços de Informação do Estado, que eu estava a tutelar como primeiro-ministro.” A informação foi depois passada à PJ, que foi acompanhando as atividades do grupo de guineenses e colombianos ao longo de 2019.

Um dos suspeitos principais, Braima Seidi Bá, um guineense de 42 anos também com nacionalidade portuguesa, já era conhecido das autoridades há bastante tempo. Seidi Bá fora identificado em 2007 pela primeira vez pela polícia como sendo o dono de um carro que abastecia de combustível as avionetas usadas por traficantes colombianos em Cufar, no sul do país, de acordo com a diretora da Polícia Judiciária nessa época, Lucinda Barbosa, que entrevistámos em Bissau: “Julgo que ele servia de testa de ferro dos colombianos”.

“Havia uma pista em Cufar, que era a própria estrada nacional usada para os aviões poderem aterrar”,

recorda Ruth Monteiro, uma advogada que foi ministra da Justiça durante as Operações Carapau e Navarra. “Tudo isso era comandado pelo general António Indjai.”

Em agosto de 2007, segundo um relatório do Global Initiative Against Transnational Organized Crime, vários traficantes colombianos foram presos num armazém alugado a Seidi Bá, mas ele ficou de fora das detenções.

Lucinda Barbosa recorda-se que a investigação então em curso a Seidi Bá não foi levada até ao fim. Isso coincidiu com outros acontecimentos importantes que também não tiveram um desfecho claro, quando um jato Gulfstream II com matrícula norte-americana foi apreendido no aeroporto internacional de Bissau em julho de 2008. O piloto e o copiloto, dois venezuelanos, foram detidos na altura. “Nós recebemos informações de que foi feito um descarregamento de cocaína, mas não encontramos a droga no avião, apenas vestígios dela, e trouxemos cães farejadores”.

Carmelo Vázquez Guerra, o piloto, tinha estado envolvido num transporte de cinco toneladas e meia

**ORGANIZAÇÃO** De acordo com o "parente", responsável no cartel de Sinaloa por organizar novas rotas, as negociações com os parceiros locais acontecem normalmente noutros países, em território neutro



de cocaína para o cartel de Sinaloa apreendido dois anos antes, em 2006, num avião DC-9 que aterrou em Ciudad de Carmen, no México, proveniente da Venezuela. O irmão de Carmelo foi preso na altura, mas ele não. As autoridades mexicanas tinham, assim, uma nova oportunidade. "O pedido de extradição do México acabara de chegar a Bissau quando o juiz mandou libertar os indivíduos", conta Lucinda Barbosa. "Foram-se embora."

Mais tarde, o Gulfstream acabou por ser levado por uma empresa com sede no Senegal, a Africa Air Assistance, que, segundo um relatório da Africa Center for Strategic Studies, esteve ligado em 2009 a um Boeing 727 que foi encontrado abandonado com 10 toneladas de cocaína no norte do Mali, num caso que ficou conhecido como "Air Cocaine". O administrador da Africa Air Assistance, o senegalês Ibrahima Gueye, é descrito num estudo feito pelo Centro de Criminologia da Universidade de Cape Town, na África do Sul, como um intermediário que visitava regularmente Bissau e pagava à elite local para proteger os seus clientes latino-americanos.

## Uma década depois de Sinaloa surgir associada a um piloto de avião em Bissau, a Operação Navarra expôs um traficante mexicano

Agora, uma década depois, um dos nomes dessas investigações inconclusivas, Seidi Bá, reemergia outra vez. Mas com este novo caso surgia uma nova cara. Numa lista de quatro colombianos identificados durante a investigação da Operação Navarra, havia um que atuava como líder do grupo, Ricardo Ariza Monje, a quem tratavam pela alcunha de Ramon.

Com dupla nacionalidade, colombiana e mexicana, Ricardo Ariza Monje — ou Ramon — montou várias empresas de fachada em Bissau, com a ajuda de Seidi Bá, num edifício da avenida dos Combatentes da Liberdade da Pátria, não muito longe da embaixada francesa e do hotel Ledger. A Palmeiras Company Import & Export Business Center foi criada em janeiro de 2019 e empregava três colombianos debaixo das ordens de Ramon: Armando Forero, John Valencia e Pedro Mahecha. Além disso, Seidi Bá tinha duas companhias, a GB Fenix, SARL e a GB Intercontinental, SARL, que davam trabalho a meia dúzia de guineenses. As empresas importavam oficialmente sumo, cerveja e vinhos. Ramon era dono também de uma fábrica de gelo que estava a ser construída em Varela, junto à fronteira com o Senegal.

Embora o julgamento do caso, que terminou em março de 2020, não tenha apurado muito sobre os antecedentes dos elementos do grupo, souberam-se alguns pormenores interessantes. Segundo o acórdão, Armando Forero contou em tribunal que se tornou amigo de Ramon em 2004 e que foi nesse ano que se mudou para a Guiné-Bissau, quando lhe foi cedida uma quinta em Saltinho, na região de Bafatá, no sul do país.

O grupo acumulou propriedades, meia dúzia de carros todo o terreno e vários barcos, incluindo lanchas rápidas. E possuía também telefones-satélites, que os membros usavam para evitar serem interceptados.

Havia seis meses, pelo menos, que estavam a ser vigiados, mas foi a 30 de agosto de 2019 que as coisas precipitaram-se. Os três colombianos que trabalhavam para Ramon apareceram num todo o terreno Nissan Navarra num braço de rio, numa zona conhecida como Mar Azul, a 45 minutos do centro de Bissau, e apanharam uma piroga para a ilha de Caravela, a 40 quilómetros da costa. Horas depois, numa lancha rápida, Ramon e Seidi juntaram-se a eles. O grupo saiu de noite até ao alto-mar, onde os aguardava um barco de pesca com uma tripulação que não chegou a ser identificada.

A cocaína foi transportada na lancha rápida para Caravela durante a madrugada e daí seguiu na noite seguinte de piroga para Ponta Pedra, um pequeno porto na foz do rio Djita, onde o grupo fez o transbordo das quase duas toneladas de droga para vários carros.

Já depois de regressarmos dos Bijagós, seguimos esse trajeto descrito no julgamento. A quase uma hora de distância do local de desembarque, numa aldeia chamada Binhante, encontramos a casa de um mecânico de carros, Avito Domingos Vaz, onde foram encontrados 55 de um total de 58 fardos de cocaína apreendidos.



É a última casa da aldeia e, ao contrário do que se poderia supor, não existem sinais exteriores de riqueza. As palhotas não têm vidros nas janelas e as crianças brincam descalças. Encontramos o irmão de Avito sentado no alpendre. Para garantir a subsistência dos filhos, a cunhada foi fazer a campanha da apanha do cajú. Sentenciado a oito anos de prisão efetiva, Avito foi apanhado com C\$500 na conta bancária, pagos poucos dias antes da operação. Uma prova de quão barato é recrutar gente local.

Mais tarde, a maioria das penas seria reduzida substancialmente pelo Tribunal da Relação de Bissau. As condenações de Ramon e Seidi Bá foram cortadas de 16 para seis anos — e no caso de Avito, de oito para três anos.

Em Caió, a terra natal de Seidi Bá, a uma distância curta da costa em frente a Caravela, encontramos a casa de família do número dois de Ramon desocupada. Ninguém na loja defronte quer falar sobre ele ou sobre os três fardos encontrados atrás de uma parede falsa de uma casa de banho. Seguramente, porque sabem que há de voltar. Durante a operação montada nesses dias, houve dez elementos do grupo detidos, incluindo um maliiano, mas Seidi Bá e Ramon conseguiram fugir.

Segundo as nossas fontes, Seidi Bá fugiu para a Gâmbia. E Ramon escondeu-se no México.

#### À CONVERSA COM O "PARENTE"

A redação da revista "Proceso" fica num pequeno prédio de Colonia del Valle, a uma distância relativamente curta do bairro emblemático de Roma. O gradeamento nas janelas, as câmaras de vigilância e a presença permanente de policiais à porta mostram como a vida pode ser perigosa para os jornalistas na Cidade do México. A revista é um dos *media* mais reputados do México e publicou alguns artigos no passado sobre o narcotráfico na Guiné-Bissau. O diretor, Jorge Carrasco, aceitou colocar a sua equipa à disposição para colaborar conosco sobre as pistas que temos acumulado nos últimos meses.

Um dos mistérios na forma como a Guiné-Bissau rapidamente ganhou fama como o primeiro narcoestado de África é o facto de ter sempre havido, durante mais de uma década, perguntas básicas para as quais não foram encontradas respostas. Que cartéis de droga na Colômbia ou no México estão por detrás deste corredor mágico que tem permitido fazer chegar a cocaína ao Sahel e, a partir daí, à Europa?

No processo-crime da Operação Navarra, Ramon, o líder do grupo de traficantes, é identificado como tendo nascido no México, algo inédito nos casos conhecidos até hoje em Bissau, em que os latino-americanos residentes no país são sempre colombianos.

Os documentos dão-nos como nascido a 18 de julho de 1965 num local chamado Florencia. Existe uma vila com esse nome no município de Benito Juárez, no estado de Zacatecas, a 800 quilómetros de distância da Cidade do México, para norte, em direção a Sinaloa. Mas não há mais nenhuma outra referência no processo.

Pesquisas detalhadas em fontes abertas ajudam a situar Ramon no México em 2008, quando aparentemente fazia algum dinheiro com o aluguer de casas. As referências seguintes são já na Colômbia, onde em março de 2012 obteve uma licença de capitão de lates junto de uma fundação náutica. Em 2016 o seu nome aparece associado a uma multa de trânsito em Barracabermeja, uma localidade a meio caminho entre Medellín e a fronteira com a Venezuela.

Mas é o facto de ter aberto duas sucursais de empresas colombianas na Cidade do México que nos chamou mais a atenção. Vamos visitá-las com Mathieu Tourlière, um jornalista de investigação da revista "Proceso".

Uma das empresas, a Gitanos Diving Center S.a.d E.C.v., parece estar em linha com o interesse de Ramon pelo mar. É supostamente uma escola de mergulho. O escritório fica numa rua paralela à avenida Paseo de la Reforma, no coração da capital mexicana, num edifício por detrás das redações dos jornais diários nacionais mais antigos e importantes do país, o "Excelsior" e o "El Universal". É uma pista morta, no entanto. O edifício está desocupado e o porteiro que mantém a segurança não tem ideia nem da empresa, nem do seu dono.

O cenário não é muito diferente na sede da Global Services Meladi Importadora & Exportadora S.A., que fica na avenida Monterrey, no bairro de Roma, num edifício que deixou de ser usado depois de um terremoto em 2017 ter danificado a sua estrutura. A empresa tinha como representante a mulher de Ramon, Martha Ortega, com quem o traficante tem aparentemente duas filhas na Colômbia.

Desde a apreensão das quase duas toneladas de cocaína da Operação Navarra em 2019 que se mantêm ativos os mandados de captura contra Seidi Bá e Ramon. Mas será que isso é levado a sério pelas autoridades mexicanas?

Na Procuradoria-Geral da República, somos recebidos por Edgar Guerrero Centeno, diretor do Centro de Análise da Informação da Agência de Investigação Criminal do México, que confessa não existir nenhuma averiguação em curso. O que sabem sobre Ramon é pelos "media". Não é procurado nem há um particular interesse sobre ele. "A informação que temos é que ele não nasceu no México, mas foi naturalizado mexicano. Portanto, faz mais sentido para nós que seja uma organização colombiana que esteja a coordenar este tipo de rota."

Guerrero Centeno admite que o Ministério Público não tem nenhuma colaboração com as autoridades da Guiné-Bissau, do Mali ou qualquer outro país em África. "Uma rota que vá pela África Ocidental não é algo em que estejamos focados nem houve até ao momento nenhum pedido de apoio por parte das

**Para o "parente",  
responsável  
pelas novas  
rotas no cartel  
de Sinaloa,  
África tem  
vantagens:  
uma distância  
mais curta  
e custos  
mais baixos**

autoridades de países africanos", confessa o diretor da Agência de Investigação Criminal. "Não duvidamos de que exista uma rota que possa atravessar África", esclarece, mas "a colaboração tem sido maior com os países sul-americanos e em relação às rotas ou ao tráfego que vai de sul para norte no continente americano".

Embora o panorama seja desolador do ponto de vista da investigação criminal, tendo em conta o que ouvimos em Bamaco da boca do chefe de inteligência da polícia de combate ao narcotráfico, o nosso colega Mathieu põe-nos em contacto com alguém que nos abre um pouco os horizontes.

Oscar Báez Soto, um ex-procurador e investigador académico do Instituto Nacional de Ciências Criminais, cresceu em Sinaloa e estudou o narcotráfico controlado a partir da região. Báez Soto conta que depois da queda de Pablo Escobar na Colômbia, "as organizações mexicanas começaram a controlar o negócio desde a produção, passando pelos locais de trânsito e até aos espaços de consumo".

No caso de Sinaloa, este investigador garante que a organização está presente em África, sem que necessariamente "tenhamos de encontrar sinaloenses" em países africanos, visto que "os novos diretores da organização têm estado a inovar, não só ao procurarem novas rotas, mas também ao encontrarem novas formas de se organizarem", incluindo com o estabelecimento de *franchising*. "São alianças que a organização faz com grupos locais. Seja com grupos criminosos locais ou com autoridades e empresários, com aqueles que já lá exploram um negócio de natureza lícita."

A imprensa mexicana chegou a dar conta, ao longo dos anos, de algumas referências ao uso do corredor da Guiné-Bissau. Em 2017, o jornal "El Universal" citava um ex-diretor da Unidade Especializada em Crime Organizado da PGR mexicana, Samuel González Ruiz, que dizia que o cartel liderado por Joaquim "El Chapo" Guzmán utiliza a rota da Guiné-Bissau.

Sem mais pistas sobre o rasto de Ramon e com o envolvimento de Sinaloa a pairar no ar, um intermediário faz-nos a ponte com o cartel. Queremos alguém na organização disponível para dar uma entrevista. Ao fim de alguns dias de espera, recebemos a confirmação. Há um indivíduo responsável por montar novas rotas disposto a falar.

É uma viagem cirúrgica. Apanhamos um voo de final de tarde para Culiacán, a capital da região de Sinaloa, a 1200 quilómetros de distância da Cidade do México, à entrada do Golfo da Califórnia.

No aeroporto, uma das placas de estacionamento está lotada de jatos privados. Culiacán, uma cidade com um milhão de habitantes, é o coração político e social das organizações criminosas da região. O seu peso fez-se notar em 2019, quando horas depois de prender um dos filhos de Guzmán, a polícia foi atacada por 700 homens armados do cartel de Sinaloa, forçando as autoridades a libertá-lo e a desistir da sua extradição para os Estados Unidos.

Reservámos um quarto no Lucerna, o melhor alojamento da cidade, junto ao rio Tamazula. O local foi indicado a pedido do entrevistado. No grande átrio do hotel, um grupo de homens chega um pouco depois de nós. Vestem roupas desportivas e falam alto. É fácil imaginar que possam fazer parte da organização, mas não chegamos a descobri-la.

O encontro é marcado no quarto de hotel e o entrevistado aparece acompanhado apenas por um contacto local do nosso intermediário. Para não ser reconhecido enquanto é filmado, trouxe um

passa-montanhas para a entrevista. É um homem relativamente baixo, com pouco mais de 40 anos. Não aparenta ser cosmopolita, mas não tem o ar agressivo do grupo que ainda agora vimos lá em baixo. Parece ponderado e sensato. E tem algum sentido humor. “Posso dizer que sou o parente. É um nome muito comum aqui. Todos nos tomamos parentes.” O entrevistado diz que a principal função que tem na organização é negociar. Trata dos assuntos “quando se vai abrir uma nova rota e se começa a trabalhar com um novo cliente”.

Confrontado com o nome e a cara de Ramon, admite que leu sobre o caso nas notícias mas não o conhece. “Parente” explica que Sinaloa é a organização que “tem mais alianças, mais parceiros, mais relações, mais clientes, mais rotas, mais transportes, mais capacidade logística, mais poder e mais dinheiro”. E África Ocidental está incluída nessas rotas — “os países da costa atlântica, principalmente o Senegal, mas também Marrocos e a Guiné”. O destino é a Europa e também a Austrália, segundo ele.

Para Sinaloa, há duas vantagens em utilizar o continente africano como um “trampolim” para outros continentes: a posição geográfica e os preços. “Se olhares para o mapa, ves que África não está muito longe. Essa é a distância mais curta desde a América do Sul, do Brasil. E depois há os custos. Por serem países pobres, é geralmente mais barato arranjar maneira de lá chegar.”

As negociações acontecem, segundo “parente”, antes de a droga começar a ser transportada. Esses acordos são feitos normalmente durante encontros que acontecem noutros países, em território neutro. “Chega-se a um entendimento e cada um vai depois à sua vida.” Quando a cocaína sai da Colômbia, onde é produzida, já estão asseguradas as permissões de passagem nos países de trânsito junto das autoridades locais, com a intermediação de máfias locais. Essas alianças são “indispensáveis”, esclarece. “Não interferimos nos seus assuntos, tal como eles não podem vir aqui interferir nos nossos assuntos. É o território deles e isso é respeitado.” O importante, sublinha “parente”, é não esperar que fechem uma porta para abrir outra.

E, se possível, fazer crescer o negócio.

## DIVISÕES NO PODER

De volta a Bissau. O general António Indjai não é o único traficante na fotografia das escadas do palácio. Há mais dois nomes referenciados pelos Estados Unidos naquele retrato com o Presidente Sissoco. Também lá está Ibraim Papa Camará, o chefe de Estado Maior da Força Aérea, que o Departamento do Tesouro classificou como traficante pela sua ligação, juntamente com Na Tchuto, ao caso do Gulfstream em julho de 2008. E há ainda Mamadu N’Krumah, vice-chefe de Estado Maior das Forças Armadas. Quer Krumah, quer Papa Camará foram incluídos nas listas de sanções da União Europeia e da ONU por estarem implicados com Indjai no golpe de estado da cocaína em abril de 2012.

Desde que Sissoco assumiu o poder, a dinâmica de apreensões de cocaína da Polícia Judiciária foi suspensa. A diretora nacional da corporação, que fora demitida em 2017 quando Sissoco era primeiro-ministro e readmitida em 2018 por Aristides Gomes, acreditou que não tinha condições para continuar no cargo e abandonou o país, tendo estado a viver em Portugal nos últimos anos. “Foi por uma questão de princípio. Mas não gostava de falar sobre esse assunto.”

No final de fevereiro de 2020, o Presidente demitiu o Governo e nomeou um primeiro-ministro do seu agrado, Nuno Nabiam. Poucos dias depois, voltava a Bissau o número dois de Ramon, Braima Seidi Bá, apesar de ser formalmente procurado pelas autoridades e de ter sido condenado à revelia a 16 anos de prisão. “Foi ficar em casa de um indivíduo [Danielson Francisco Gomes] conhecido e referenciado como narcotraficante, assaltante à mão armada de bancos e que tem processos por burla, mas que foi nomeado diretor-geral da Petroguim”, a empresa petrolífera estatal da Guiné-Bissau, contou a ex-ministra da Justiça Ruth Monteiro numa entrevista ao Expresso em maio de 2020. “Agentes da Polícia Judiciária estavam a monitorizar os movimentos do Seidi Bá nas imediações da casa, e o Ministério do Interior chegou lá e expulsou esses agentes, para que o senhor pudessem entrar e sair livremente.”

Assim que foi demitido de primeiro-ministro e tiraram-lhe os militares que o protegiam, Aristides Gomes recorda-se que chegou a ter traficantes em frente a sua casa. Sentiu-se ameaçado por Seidi Bá. “Logo após a proclamação do novo Presidente, apareceu em Bissau e estava a ser protegido — muito mais do que eu. Ele tinha forças de segurança atrás dele.” O ex-chefe de Governo refugiou-se na missão das Nações Unidas, onde esteve um ano, até conseguir que a sua saída de avião do país fosse negociada.

Poucos dias antes de uma visita oficial do Presidente da República português, Marcelo Rebelo de Sousa, em maio de 2021, Sissoco recebeu-os no seu palácio, refusando qualquer ligação ao narcotráfico. “Eu não sou bandido. Lugar de bandido é na prisão.” O Presidente desvaloriza a presença do general Indjai na fotografia (“é primo do Nuno Nabiam. Veio dar um abraço ao seu irmão”) e o facto de ele ser procurado pelos Estados Unidos como traficante. “Os americanos não podem vir aqui ditar o que faço. Sou um homem muito independente e digno.”

Sissoco garante, de resto, que está a combater o narcotráfico, enquanto desdramatiza a importância do fenómeno. “Aqui não é a Colômbia ou a Venezuela, com todo o respeito que tenho por esses países. A droga pode passar aqui como passa por Portugal, por França ou pelos Estados Unidos. São os guineenses que fazem essa má fama.”

**“Eu não sou bandido. Lugar de bandido é na prisão”, diz o Presidente Umaro Sissoco Embaló, que refuta qualquer ligação ao narcotráfico**

Seidi Bá voltou a desaparecer de circulação, mas o tráfico não parou. Apesar de não ter voltado a haver grandes apreensões, os sinais sobre movimentos suspeitos têm acumulado. “Assiste-se na Guiné a um recrudescimento quase incontrolável do tráfico da droga”, denuncia Ruth Monteiro. “A ponto de as ilhas serem muito menos usadas para a receção do produto, porque podem ir diretamente para Bissau e de Bissau saem para os seus destinos. No aeroporto os aviões aterram e levantam voos com autorizações para isso.”

Em outubro de 2021, um Airbus A340 aterrou em Bissau com uma autorização especial do gabinete do Presidente. Segundo fontes policiais, o avião não se encontrava registado desde 2017 e os tripulantes que vinham a bordo — três turcos — seguiram diretamente da pista do aeroporto para o palácio. O avião passou a estar no centro de muitas especulações e de alguma tensão entre Sissoco e o primeiro-ministro Nuno Nabian, cujas relações têm deteriorado.

Outro incidente, ocorrido três dias antes do Airbus A340 aterrar, permite entender como o esquema de tráfico evoluiu. A Polícia Judiciária deteve cinco pessoas e descobriu cinco quilos no carro de uma delas. Um dos detidos, Ivan Sampaio, funcionário da companhia aérea TAP na Guiné-Bissau, e um seu cúmplice foram raptados por um ex-capitão do exército, Amadú Lamine Conté, depois de terem alegadamente desaparecido 900 quilos de cocaína que estavam à guarda deles. De acordo com fontes policiais, Conté trabalha para António Indjai e a cumprir ordens do general. Era preciso recuperar a droga.

Na Operação RED, como foi batizada a investigação da Polícia Judiciária, foi também detido, dias mais tarde, um oficial da Polícia de Intervenção Rápida, o subintendente Carlos Ely, suspeito de ter roubado os 900 quilos de cocaína de casa do funcionário da TAP, numa aparente disputa entre grupos rivais. O caso não foi resolvido, mas fontes ligadas à investigação acreditam que a cocaína foi escondida em instalações militares e que Ely estava a trabalhar para o ministro do Interior, Botche Candé, e para o seu filho, o comandante da Polícia de Intervenção Rápida. No mês seguinte ao incidente, Botche Candé lançou o seu próprio partido, o Partido dos Trabalhadores Guineenses (PTG).

Num sintoma evidente de que são cada vez mais profundas as divisões internas à volta do poder, a 1.º de fevereiro deste ano um assalto ao palácio presidencial fez 11 mortos. A tentativa de golpe de Estado envolveu militares e agentes, incluindo da Polícia de Intervenção Rápida. O Presidente acusou publicamente Na Tchuto, o antigo número dois do general Indjai, de estar por detrás do que aconteceu. “A maioria das pessoas envolvidas estão na lista de investigação por narcotráfico”, disse numa conferência de imprensa no dia seguinte ao ataque.

Para o advogado Luís Vaz Martins, criou-se um círculo vicioso no país, em que “determinados governantes são nomeados por influência de grupos criminosos ligados ao tráfico de droga”, gerando uma competição entre políticos e militares. Isso faz com que “o narcotráfico seja, ao mesmo tempo, a causa e a consequência da instabilidade”. Mas até onde vai o peso de cartéis como Sinaloa e de movimentos islâmicos como o Al-Mourabitoun na mudança e na manutenção do poder na Guiné-Bissau? Talvez isso seja algo que só o general Indjai esteja em condições de responder. ●

# E

A Revista do Expresso

EDIÇÃO 2580  
8 / ABRIL / 2022

## Na rota da coca

Há uma linha que vai de Bissau à Colômbia e que passa pelos grupos de terrorismo do Sahel

Uma investigação de **Micael Pereira**, na Guiné-Bissau, no Mali e no México

### Entrevista a Volodymyr Zelensky

"Vamos ganhar porque esta é a nossa casa, a nossa terra. É uma questão de tempo"  
Por Zanny Minton Beddoes e Arkady Ostrovsky / "The Economist", em Kiev

### Gastronomia

A ASAE e os pequenos produtores  
Por Amadeu Araújo

### Cabelo

Ter ou não ter, é uma magna questão  
Por Christiana Martins

